

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEGOV-PI SETOR DE PROTOCOLO ALEPI - SEGOV-PI

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Bairro Cabral, Teresina/PI, CEP 64001-923 Telefone: (86) 3133-3022 - http://www.pi.gov.br

EXPEDIENTE 2023/SEGOV-PI/SGI/PROTO-ALEPI-SEGOV março de 2023.

Teresina/PI, 15 de

OF. PRES. SGM Nº 045/2023

Excelentíssimo Senhor **RAFAEL TAJRA FONTELES** Governador do Estado do Piauí

Excelentíssimo Senhor

EMÍLIO JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário da Fazenda

Senhores Gestores,

Ao cumprimentá-los, encaminho as Vossas Excelências, devidamente aprovado pelo Plenário do Poder Legislativo, anexo requerimento de Vieira, através Deputado Rubens do gual solicita aos gestores viabilizarem, em caráter de urgência, por meio da SEFAZ, proposição junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ objetivando a alteração do CONVÊNIO ICMS nº 204, de 09 de dezembro de 2021, aumentando o valor do teto de veículo destinado à PcD, com direito a isenção - total ou parcial - de ICMS, de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para R\$ 140.000,0 (cento e quarenta mil reais), em razão dos motivos consignados na justificativa do mencionado expediente.

Aproveito o ensejo para reiterar as Vossas Excelências, protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. FRANZÉ SILVA

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Francisco José Alves da Silva - RG.641761-SSP-PI**, **Presidente da Assembleia Legislativa**, em 16/03/2023, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do <u>Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador **6927135** e o código CRC **7222CB91**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo n^{ϱ} 00010.001902/2023-49

SEI nº 6927135

Orgão A
NúmeroAL 30241/23
Data 10 (03/2023
Assunto Requescionento
Matricula 0338
Rubrica Alle



LIDO NO EXPEDIENTE

EM, 02 / 03 / 2023

1º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **RUBENS VIEIRA**

Ao Excelentíssimo Senhor

Dep. Estadual Franzé Silva

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ALEPI Teresina-PI

APROVADO In.08/03/23

14 23 611

REQUERIMENTO

RUBENS VIEIRA, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com assento nesta Casa Legislativa, REQUER a V. Exa., com fulcro nos artigos 96, inciso I, alínea f, artigo 113, inciso XI e demais disposições regimentais, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, Rafael Tajra Fonteles, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda do Piauí, Emilio Joaquim de Oliveira Junior, solicitando a urgente necessidade que o Estado do Piauí por meio da SEFAZ proponha no Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ a alteração do CONVÊNIO ICMS nº 204, de 09 de dezembro de 2021, aumentando o valor do teto de veículo destinado com deficiência (PcD), com direito a isenção — total ou parcial — de ICMS, de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

JUSTIFICATIVA

O valor dos carros com isenção do ICMS para a Pessoa com Deficiência (PcD) é estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão colegiado formado pelos Secretários de Fazenda, Finanças, Economia, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal.

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais.

Encaminhe-se a

Genia Rodrigues Cavalcante)

Diretora Legislativa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUI Avenida Marechal Castelo Branco, 201-N - Cabral - Teresina/PI (86) 3133-3392



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **RUBENS VIEIRA**

O teto era o mesmo há quase 12 anos, o que deixou as opções escassas para esse público no mercado automobilístico.

Assim, o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) aprovou em 09 de dezembro de 2021 o Convênio nº 204, que aumentou o preço máximo de veículos vendidos a PcD (Pessoa com Deficiência) com a isenção parcial do ICMS, aumentando de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para R\$ 100.000,00 (cem mil reais) o preço máximo do veículo que pode ser adquirido com isenção parcial do ICMS, ou seja, a isenção total sé aplicada somente sobre o valor de até R\$ 70.000,00.

Quem comprar um veículo acima desse valor, pagará o ICMS proporcional (parcial) à quantia excedente, por exemplo: se o veículo adquirido custar R\$ 100 mil, o imposto será cobrado sobre R\$ 30 mil. A isenção de ICMS é válida apenas para automóveis zero-quilômetro com fabricação nacional ou em países do Mercosul.

Ocorre, que nos últimos anos o mercado automotivo tem mostrado **aumentos consecutivos nos preços dos veículos**. Especialistas apontam que diversos fatores contribuíram para esse feito, além da alta no preço dos combustíveis, dentre eles: a crise econômica global, os altos custos de produção, pandemia ocasionada pela COVID-19 e inflação a nível mundial.

Com o aumento dos preços dos automóveis, poucos ou quase nenhum automóvel se enquadra atualmente na faixa do CONFAZ, prejudicando milhares de pessoas com deficiência (PcD), principalmente, as pessoas com deficiência de nosso Estado do Piauí.

O carro é um item de primeira necessidade para que a Pessoa com Deficiência tenha maior autonomia para estudar, trabalhar e também realizar seus tratamentos de saúde.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL RUBENS VIEIRA

RUBENS VIÈIRA

Deputado Estadual/PT